

O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL: O OESTE COMO DIREÇÃO¹

Véra Lucia Maciel Barroso²

Introdução

A presença lusa no mediterrâneo do Prata, na sua fase inicial de instalação, evidenciou-se, sobretudo, com a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680.

Entretanto, nos anos 1700, a expansão territorial portuguesa firmou-se sobre o espaço do Rio Grande de São Pedro, orientado por uma política que balizou a exitosa conquista, oficialmente legitimada entre as coroas ibéricas em 1801.

Esta política expansionista de Portugal frente à Espanha, na América Meridional, esteve pautada por variáveis que tiveram a *fronteira como trajetória*. Ou seja, o povoamento português no Rio Grande do Sul, direcionado pela ocidentalização, impôs condutas e medidas que possibilitaram efetivamente a conquista do seu território.

Sustentado na “teoria de fronteira”, de autoria de Frederik Jackson Turner, depois ampliada por Walter Prescott Web, o presente estudo propõe-se a revelar, com base em

¹ Originalmente, parte da pesquisa ora apresentada constituiu um recorte da dissertação de mestrado em História defendida em 1979 na PUCRS. Posteriormente, com outro formato, a investigação compareceu no trabalho intitulado *Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul – a fronteira como trajetória* inserida na obra *Urbanismo no Rio Grande do Sul* organizada por Günter Weimer e editada pela UFRGS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 1992. Esta é uma edição revisada, aperfeiçoada e ampliada.

² Doutoranda em História pela PUCRS, professora nos cursos de graduação e pós-graduação em História das Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA) e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Tem trabalhos publicados, acerca da História do Rio Grande do Sul e organizou também, dentre

ampla documentação custodiada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Brasil, as variáveis que garantiram a conquista e o domínio português sobre o oeste do território brasileiro, situado do extremo-sul de Tordesilhas.

São elas inicialmente: *a política de concessão de sesmarias* com o domínio extensivo da terra; a *colonização açoriana* que presidiu o povoamento intensivo com pequenas propriedades, pulverizadora de povoados; a *pecuária*, atividade econômica extensiva de ocupação territorial e a *militarização* que fez do espaço sulino um cenário fortificado, diante da "fronteira viva."

Entretanto, no século XIX, a garantia da conquista impôs o aquecimento desta conduta resguardadora ou o valimento de outros meios que preservaram a posse efetiva do território conquistado. Assim, favorecido por um *litoral de repulsão* que empurrava os povoadores na direção oeste, o Rio Grande do Sul teve a *imigração*, como elemento expansionista e de conquista, semeando focos de povoamento pioneiro, espaço *a dentro*. Soma-se no processo, a *implantação das "vias normais" e as estradas de ferro*, que foram deitadas na direção leste/oeste ao longo dos 1800. Agregou-se também a implantação de agências fiscais nas chamadas "*alfândegas secas*", na divisa com a Argentina e o Uruguai, demarcando os espaços do mapa político que se desenhava e se impunha nas relações entre os estados do Prata.

Enfim, quer-se demonstrar que o processo de povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul, estado do extremo meridional brasileiro foi direcionado pelo *domínio de fronteira*, nos séculos XVIII e XIX, visibilizando-se uma estratégia de expansão luso-brasileira evidenciada: seja pela direção da corrente colonizadora, seja pelos rumos das comunicações implantadas, quer pela direção da pecuária reinante, quer pela atuação de novas frentes de domínio polarizador, como pelas medidas de contenção do contrabando, como também pela política de concessão de sesmarias, ou ainda pela prontidão militar

outras, as obras *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul* (1992) e *Açorianos no Brasil* (2002), esta com 1.152p.

imperante, uma exigência preventiva diante das ameaças de perdas na área oeste, em virtude dos embates entre Portugal e Espanha.

Palmilhar esta trajetória, mais que rever ou *revisar* a dimensão do cenário de conflitos desencadeados entre lusos e espanhóis na América do Sul, é a oportunidade de reconhecer os laços de pertencimento das sociedades formadas no território demarcado pela Bacia do Prata, cuja história inegavelmente é indissociável.

Pinçar os fios desta rede e tramar seus rumos, a partir da reconstituição do passado pela memória, é o desafio que une historiadores do Cone Sul com os da Península Ibérica e que ora se juntam para desvelarem uma história que em construção é base para o futuro da região.

O domínio da fronteira – a conquista portuguesa do oeste do Rio Grande do Sul

O interesse pelo tema foi desencadeado ao realizar um estudo sobre o primitivo município de Santo Antônio da Patrulha que, ao longo do século XIX, abraçava grande parte da área nordeste da Província, ou seja, o Litoral Norte e os campos de Cima da Serra.

Anexar mapa dos quatro municípios

Sua rarefeita ocupação fugia à regra do caso brasileiro, uma vez que até o século XIX, especialmente, muitas províncias pontilhavam uma intensa rede urbana na área litorânea em oposição aos grandes vazios da área ocidental. Não era o caso sul-riograndense. O centro e o noroeste do RS (Rio Grande do Sul) transformaram-se em verdadeira teia pulverizada de núcleos urbanos, notadamente na 2ª metade do século XIX, em contraste com a escassa ocupação da sua faixa norte-litorânea e por extensão da área nordeste em direção ao planalto com seus campos serranos.

Diante deste cenário impunha-se levantar as variáveis que nortearam a ocupação do espaço, a distribuição dos núcleos urbanos no Rio Grande do Sul e seu crescimento diferenciado, o que motivou a pesquisa e a escrita este trabalho. E, para a interpretação do processo, a “teoria de fronteira” deu a direção.

Na historiografia, o conceito de fronteira foi largamente difundido com base na concepção de Frederick Jackson Turner, que, com seu ensaio *The significance of the Frontier in American history*³ revolucionou o escrito histórico norte-americano. Sustenta o autor que a existência de uma área “livre”, seu contínuo recolhimento e o avanço da colonização para o ocidente explicam o desenvolvimento dos Estados Unidos.⁴

Concebida por Turner como tese nacional para explicar a história da colonização norte-americana, a teoria de fronteira assumiu caráter universal, com as análises de Walter Prescott Webb, decano da Universidade do Texas, quando em 1952 apresentou sua obra *The Great Frontier*. Afirma ele que a fronteira que tanto influiu na história dos Estados Unidos atuou também como fator determinante da moderna civilização ocidental, passando a ser classificada como teoria geral do período histórico de 1500 a 1900, por ter provocado uma verdadeira estratégia europeia de atuação, de ordem política, econômica e militar. Eis o movimento das grandes navegações que ampliou a fronteira mundial, exigindo exploração, avanço, conquista e integração, marcando profundamente a História Moderna.

Na concepção de Turner, o conceito de fronteira não é o limite que separa estados soberanos, mas a “área livre” que pode ser ocupada.⁵ Mais tarde, reafirmava Webb que o movimento de fronteira é a “invasão das terras desocupadas, próximas ou contíguas às já

³ Foi inicialmente publicado no *Annual Report*, em 1893, Washington, 1894, depois em *Frontier American History*, New York, 1920 e várias vezes reeditado. Apud RODRIGUES (1970). Examinar a tradução espanhola *La frontera en la historia americana* da Ediciones Castilla (1960), realizada por Guillermo Céspedes da Universidade de Sevilla.

⁴ RODRIGUES, José Honório. D. Henrique e a abertura da fronteira mundial. In: _____. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. P.2.

⁵ Apud Rodrigues, 1970. P.2.

ocupadas." Esta teoria vem sendo estudada por muitos pesquisadores de países de *fronteira*, da qual muitas análises brotaram, propondo repensar as histórias nacionais.⁶

Fazendo a transposição para o caso sul-rio-grandense, em estudo, constitui-se ele um protótipo ideal para análise e comprovação desta teoria, amplamente reforçada pelo seu quadro histórico. A testemunhar, a trajetória de lutas fronteiriças travadas no Rio Grande do Sul ao longo do seu processo de ocupação. Neste contexto, insere-se a grande investida militar portuguesa empreendida no século XVIII, para fins de sua expansão econômica e domínio político ao oeste do extremo-sul brasileiro.

Principiado o século XIX, com a conquista das Missões, acentuaram-se os trâmites da organização político-administrativa, especialmente com a criação da primeira rede de vilas, orientada pelo domínio de fronteira. Portanto, a incorporação territorial efetivada em 1801 teve como fio condutor da ocupação espacial a ocidentalização, o avanço para o oeste. E, após consolidado o domínio ocidental, ao iniciar o século XX, assistiu-se no Rio Grande do Sul a transição capitalista, fazendo surgir um "outro Rio Grande", urbano e industrial, em contraposição ao esgotamento da sua fronteira agrícola, paralelo a uma política agrária já então contraditória. Aqui, o conceito de fronteira tomou outros contornos. Limites entre soberanias definidos, trata-se então não mais em avançar sobre terras desocupadas entre países limítrofes e, sim, sobre as que houvessem entre as unidades da federação brasileira, a oeste.

Para esta análise, o termo *ocupação* refere-se à tomada das terras livres e desocupadas ou as contíguas, às já ocupadas (povoamento da "fronteira"). No tocante à urbanização, entende-se, como afirma Riopardense, o (...) "processo de formação da rede de cidades" (...) que implica no estudo do conjunto das condições que determinam a distribuição das cidades (numa área) e as razões do crescimento diferenciado a que estiveram sujeitas." (Macedo, F. *Correio do Povo*. 7 abr. 1973).

⁶ Já foram realizados trabalhos sobre a fronteira da África, África e México, além de outros. Verificar Céspedes (1960). P.14-5.

Nestas bases se sustentam as três fases do processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul que tiveram como rumo a *ocidentalização espacial*, quais sejam: - a da *instalação* (século XVIII); - a da *organização* (século XIX) e a da *expansão* (século XX).

Anexar mapa do processo de urbanização (Laudelino Medeiros)

Fase 1 – Da Instalação

O Rio Grande do Sul, situado no extremo do Brasil Meridional teve, ao contrário de outras regiões brasileiras, o seu território tardiamente ocupado. É que a área não oferecia atrativos econômicos de acordo com a política mercantilista reinante que justificassem um empreendimento colonizador.

Entretanto, passado o período da “indiferença” (século XVI), o Rio Grande do Sul, então área de Espanha conforme determinava o Tratado de Tordesilhas, é abordado a partir do século XVII por jesuítas e bandeirantes. Do lado litorâneo é feita a penetração portuguesa, com a descida de jesuítas itinerantes até a altura de Tramandaí. Paralelamente, a oeste, os jesuítas a serviço da Coroa espanhola atravessaram o rio Uruguai, fundando a partir de 1626 missões na região do Tape, uma parcela do projeto das Missões Jesuíticas do Paraguai. Entretanto, a ação bandeirante ao destruir as Missões e delas levando muitos índios cativos, deixaram o território abandonado, na lógica da colonização, entre os anos de 1641 e 1682.

Portugal, em contrapartida, para explorar a riqueza do gado solto nos campos e dominar a Bacia do Prata, fundou, já em 1680, um posto avançado na embocadura do rio. A Colônia do Sacramento, contudo, logo contestada pelos espanhóis fez reacender o projeto missionário, retornando os jesuítas a margem oriental do rio Uruguai, instalando, a partir de 1682 os Sete Povos: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João e Santo Ângelo. Resumia-se à fundação de missões, porém, a ação colonizadora espanhola no Continente de São Pedro (um dos primitivos nomes do Rio

Grande do Sul). Do restante, cuidou a Coroa portuguesa, cujas pretensões animaram-na a desenvolver uma estratégia de ocupação mais decidida, ao iniciar o século XVIII.

A esta altura, a mineração nas Minas Gerais exigia um meio de transporte eficaz, fazendo descer, ao sul, mineiros, paulistas, lagunistas e outros para buscarem muares, na área, abundantes. Nesse rumo, caminhos foram abertos para facilitar o transporte das mulas. No primeiro, o roteiro natural da praia descrito por Domingos de Filgueiras, em 1703, revela que nenhum povoado existia no Rio Grande do Sul, até então.

A primeira iniciativa oficial de reconhecimento territorial veio de Laguna com a Frota de João de Magalhães, em 1725, a mando do governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes; mas o povoamento não teve ainda seu início. Esta é ainda a era das estâncias. Em determinados pontos dos caminhos das tropas, currais eram improvisados; invernadas eram estabelecidas e muitos tropeiros foram se "arranchando". Assim nasceram as primeiras propriedades territoriais na área em conquista, pelos portugueses.

Fugindo do litoral inóspito, com muitas barreiras que interceptavam o caminho da praia (rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá) foi aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1734, um caminho que saía na altura do atual município de Palmares, enveredava na direção do rio Rolante, afluente do Sinos (área de Santo Antônio da Patrulha), rumo à serra (São Francisco de Paula e Vacaria). Atravessando o rio Pelotas, os tropeiros alcançavam Lages e Curitiba até chegarem à feira de Sorocaba. Este caminho, o do "sertão", interiorizou a penetração portuguesa de ocupação. A obrigatoriedade do pagamento dos direitos da Coroa, no Registro da Guarda Velha (núcleo originário do povoado de Santo Antônio da Patrulha), uma espécie de "pedágio real", fez povoar os campos de Viamão, de Tramandaí e de Vacaria. Tratava-se de toda a área nordeste do Rio Grande do Sul.

E foi a partir da primeira concessão de sesmaria, a das Conchas (Tramandaí), efetuada em 1732 a Manoel Gonçalves Ribeiro, que teve início a incorporação legal da posse do nordeste do Rio Grande do Sul para a Coroa portuguesa.

Paralelo a esse avanço ocupacional do território, o Rio Grande do Sul ganhava também importância como área subsidiária da economia central brasileira. O comércio marítimo, estabelecendo o primeiro vínculo entre o extremo-sul e o centro do Brasil, apressava a sua integração territorial ao domínio colonial luso.

Urgia, porém, salvaguardar militarmente esta conquista, com a fixação de um ponto intermediário entre Laguna e a Colônia do Sacramento. Em 1737, José da Silva Paes presidiu a fundação de Rio Grande, o primeiro estabelecimento oficial português no Rio Grande do Sul. Nascia, assim, o seu primeiro núcleo urbano estável. Este teve um caráter essencialmente militar, sediando um presídio e um forte (Jesus Maria José), em virtude das disputas fronteiriças entre as coroas ibéricas que nos anos de 1700 começavam a se acentuar. O caráter militar da ocupação impôs a criação de outros fortes e presídios ao longo da área sudeste, somando-se a eles o presídio das Torres, no litoral norte, na faixa de penetração ao sul. Muitos deles deram origem a povoados, como o das Torres.

Garantido estrategicamente, o povoamento se expandiu em Rio Grande, campos de Viamão, de Tramandaí e de Vacaria, este último ao norte da Serra Geral. Sesmeiros construíram capelas aos santos devotos, o que atraiu moradores, propiciando a delimitação territorial de jurisdição eclesiástica para o estabelecimento de uma freguesia. Os povoados de Viamão, Porto do Dorneles (Alegre), Santo Antônio da Guarda Velha (da Patrulha), Conceição do Arroio (Osório), Vacaria e de Cima da Serra (São Francisco de Paula) não tardaram a ganhar tal condição.

Mas, em 1750, com o tratado de Madrid, Portugal ficaria com a região missioneira em troca da Colônia do Sacramento. Para a demarcação dos limites afluíram povoadores pela calha do Jacuí. Surgiu logo Rio Pardo como posto avançado, e suas imediações foram povoadas com sesmeiros. O projeto de colonização com açorianos no oeste visava estabelecer uma cunha na área fronteiriça, garantindo o domínio português na região. De lá viriam, em contrapartida, índios aldeados para as imediações de Porto Alegre. Contudo, a contestação indígena interceptou a efetivação do tratado logo depois anulado (Tratado de El Pardo, em 1761), enquanto os açorianos, na espera, iam-se assentando, uns na faixa

litorânea, outros no corredor do Jacuí. Espalhados por Rio Grande, Mostardas, Estreito, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio (Osório), Cachoeira e Rio Pardo, eles condensaram a população desses núcleos. Por outro lado, deram início ao povoamento de Taquari, Santo Amaro (General Câmara), Triunfo e Piratini, entre outros. Em pequenos lotes, as datas, incrementaram uma agricultura polivalente, em especial a cultura do trigo, propiciando a recuperação econômica gaúcha, em crise com o declínio do comércio luar. Iniciava-se desta forma o ciclo da exploração agrícola interiorana do RS. Ao mesmo tempo, em Pelotas, por volta de 1780, começava-se a se desenvolver a manufatura do charque. Bem sucedida, expande-se e passa a abastecer o mercado interno. A partir daí, o binômio pequena propriedade (agricultura açoriana) *versus* grande propriedade (pecuária-criação e charqueada) passou a caracterizar a formação socioeconômica do sul.

Não tardou, porém, novo choque entre Portugal e Espanha. Os espanhóis ao invadirem Rio Grande, em 1763, deslocaram a capital da Capitania para Viamão, ali sediada até 1773. É quando surge, então, São José do Norte como sentinela avançada depois da ocupação de Rio Grande por Ceballos.

Todavia, com o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, Portugal perdia Missões e Colônia do Sacramento. O ataque espanhol chegara até Desterro (Florianópolis). Em tais circunstâncias impunha-se uma reação enérgica de recuperação da parte leste sul-rio-grandense, sob pena de Portugal perder definitivamente o que já reconhecia como território de direito. Decidido, empreende com firmeza a sua eficaz estratégia de dominação: *a política de concessão de sesmarias*. Não obedecendo ao Tratado, expede cartas de sesmarias em grande número, além fronteira (limite). Não descuida, e vai empurrando seus domínios na direção oeste, o que não fizeram os espanhóis. Sua política colonizadora residia na fundação de grandes cidades, não cuidando de pulverizar o povoamento, a não ser com a Igreja a seu serviço na ação missionária em áreas interioranas. O que fez no Rio Grande do Sul.

Assim, foi fácil para Portugal tomar as Missões em agosto de 1801. Com a incorporação definitiva dos Sete Povos, tomava o território a configuração aproximada do Rio Grande do Sul atual. Iniciava-se, então, a fase da organização da sociedade gaúcha.

É importante, a seguir, recuperar a síntese desta primeira fase, realçando-se a teoria de fronteira que permeia a rede matriz do povoamento sulino no século XVIII. A partir de dois focos de irradiação - o litoral, naturalmente o primeiro ocupado, e o corredor do Jacuí, a calha natural de penetração interiorana, expandiu-se a conquista do território na direção do oeste.

No primeiro momento do processo, a ocidentalização do povoamento está assentada em quatro variáveis como se detalhou:

- a pecuária (a forma extensiva do povoamento, responsável pela expansão de núcleos populacionais irradiados do eixo Pelotas-Rio Grande, dois importantes núcleos urbanos);
- a concessão de sesmarias (a bem sucedida política portuguesa de legalização das terras desocupadas na direção do oeste);
- a militarização (a garantia estratégica de ocupação através de fortes, presídios, guardas e acampamentos militares, núcleos iniciais de muitos povoados);
- a colonização açoriana (que presidiu o povoamento intensivo com pequenas propriedades e responsável pelo abastecimento de alimentos).

Dessa forma, com tais mecanismos empurrou-se a fronteira, ocupando as áreas livres que Espanha não povoou. Nelas se formou a primeira rede de povoados, alguns já delimitados como freguesia ao nascer o século XIX: Rio Grande (era vila desde 1747), Viamão (1747), Triunfo (1754), Santo Antônio da Patrulha (1763), Taquari (1765), Vacaria (1768), Rio Pardo (1769), Porto Alegre (1772), Osório (1773) e Cachoeira (1777). No restante, existiam povoados menores caracterizados ainda como capelas e, como tal, não tinham limites configurados, estando sob jurisdição eclesiástica e, conseqüentemente, civil de uma freguesia.

Contudo, esta concentração populacional sediada no Vale do Jacuí e imediações do litoral norte não ocultava a crescente hegemonia da sociedade pastoril, cuja dominação se acentuava com a expansão das charqueadas no sul, que vai tomar vulto, especialmente ao longo do século XIX.

Fase 2 – Da Organização

Sem dúvida, a definição do processo de urbanização do Rio Grande do Sul vai se dar na primeira metade do século XIX. Nesta fase, a da organização espacial da sociedade gaúcha, urgia inicialmente resguardar a posse do oeste conquistado. Afinal, a perspectiva de controlar a região aumentava as chances de acumulação de capital. Como bem observa Guilherme Céspedes na apresentação da obra de Turner: (...) "Las enormes extensiones del oeste, disiertas o escasamente pobladas por indigenas 'primitivos', ofrecieron un gran aliciente econômico" (...) (Turner, 1960, p.10).

Para tanto, a Coroa portuguesa desenvolveu um projeto de organização político-administrativa, já na primeira década do século.

O período 1803-09 foi significativo sob dois aspectos: de um lado, como freio às irregularidades e à grande crise que avassalava o Continente, seja na justiça, no comércio, na instrução, nas finanças e, de outro, como modelador de sua divisão administrativa, ponto fundamental da estruturação política do Rio Grande do Sul. Com esse intuito, em 1803, o governador Paula da Gama propôs a divisão do território em quatro municípios, sugerindo Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha para serem as vilas-sede.

Semelhante proposta fez o sargento-mor Domingos José Marques Fernandes na sua *Descrição geográfica* (FERNANDES, *Revista Pesquisas*, 1961, p. 15).

Endossa a argumentação desses dois propositores as reflexões de Manoel Antônio de Magalhães em seu *Almanaque da Vila de Porto Alegre*, escrito em 1808, que recomenda

(...) "Esta Capitania, Exmo. Sr., é uma cousa muito grande como ao longe se não pode pensar; a factura das vilas é da maior necessidade" (MAGALHÃES, *Boletim Municipal*, 1940, p. 5).

Eis que se justifica, nesse contexto, a Carta de Lei de 19 de setembro de 1807, que desanexa do Rio de Janeiro a Capitania de São Pedro, ficando-lhe subordinada Santa Catarina, passo que, facilitando a administração rio-grandense, acelerou sua subdivisão territorial. Era o início mais agudo de um processo integrador, confirmado com a Provisão de 7 de outubro de 1809, que criava a primeira rede de municípios, conforme sugerira Paulo da Gama. A partir deles ordenaram-se os rumos da expansão do povoamento, com base no tripé Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, este como vértice do ângulo que abraçava as duas fronteiras. Os três eram os mais populosos, os que proporcionavam maior arrecadação e, interligados por caminho fluvial, eram importantes entrepostos comerciais, além de tripé de defesa militar. Santo Antônio da Patrulha, por sua vez, acantoadado exercia sua ação polarizadora sobre as freguesias do nordeste.

Descentralizada a administração com a ação de quatro câmaras de vereadores, com maior prontidão foi selada a incorporação política e econômica de 1801. Isto é, mais diretamente podia ser feito o controle territorial, na perspectiva do domínio definitivo do território missioneiro disputado. A área rica em gado e o rio Uruguai, via de acesso à embocadura do Prata, agora a divisa natural de fronteira, apontavam boas perspectivas.

Dado o primeiro passo impunha-se agora desenvolver uma estratégia organizacional da ocupação do espaço, que foi feita, traduzida especialmente por algumas medidas de vital importância. Aliam-se a estas, algumas diretrizes de ordem antropogeográfica que ajudaram a condicionar os rumos da ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul. A formação da sua rede urbana está essencialmente embasada em tais medidas e diretrizes que se impõem detalhar.

O litoral de repulsão

O litoral sul-rio-grandense foi de fato um grande obstáculo à penetração sulina, retardando a sua ocupação. Com cerca de 600km, interrompido apenas em três pontos (nas embocaduras dos rios Mampituba e Tramandai e no estreito de Rio Grande), recaiu neste último a possibilidade maior de ancoradouro, de passagem, de entrada, porque a primeira

(..) muda freqüentemente de lugar e não permite a entrada de embarcações de certo porte, a não ser excepcionalmente. Surgem a seguir as Torres como atalaia da costa do Rio Grande do Sul. São marcos de pedra, perenes e magníficos, mas que apenas ensaiam inesperada mutação no cenário desolado, sem modificar as condições de inospitabilidade do litoral (...)

A marcha para o sul não altera, antes agrava a desolação e o desabrigo. Sempre a mesma solidão de areia e a mesma linha inexpressiva e traiçoeira da costa (...) Vencidas as três grandes praias, a de Torres, a de Tramandaí e a do Estreito, onde não se encontra nem ao menos uma simples obra ou angra praticável (...) chega-se à barra do Rio Grande (PRUNES, 1962, p. 147).

Neste relato de um litoral de repulsão, Rio Grande não fugia à regra, pois,

(...) Se uivavam os temporais fora da barra, os navios permaneciam em espera agônica, bordejando ao largo, ou então se afastavam, para fugir dessa área de perigo (Id.).

Dentre essas "tenebrosas viagens", muitas acabavam em naufrágios. E o porto de Rio Grande, apesar de centro desses desastres, permaneceu no século XIX e depois no seguinte como o único porto marítimo do Rio Grande do Sul.

Mas a repulsão não parava aí. Os muitos rios e lagoas, interceptando a cada momento o trajeto do viajante, redundavam em perdas, seja com desastres nas passagens, seja no custo do grande número de passos, o que veio a se constituir em outro agente de abandono e desprezo da via litorânea. Igualmente, a própria área do litoral, em alguns pontos imprópria para a agricultura e a pecuária, não favorecia a fixação humana. A água salobra e o solo arenoso propiciavam uma baixa produtividade. Encontrando melhores terras, o povoador migrava adiante. E é nessa propensão *occidental* que aos poucos o Rio Grande do Sul ia

sendo ocupado. Exatamente a força de atração do povoamento sulino instalou-se numa linha de ocidentalização. Como exemplo, o município de Santo Antônio da Patrulha, uma das primeiras povoações do litoral norte, foi por muitos secundarizada, em preferência às terras da *calha do Jacuí*, mais bem posicionadas.

Assim, a atração das terras interioranas transformou a fronteira num litoral em potencial porque:

A função política da fronteira e a significação econômica dos campos de criação dessa área desempenhavam no Rio Grande do Sul o papel de um segundo litoral político-econômico, que impediu que o Estado se mantivesse preso à orla atlântica. O oeste rio-grandense, dada à necessidade de sua ligação ao mar e à capital, contribuiu para a integração socioeconômica do território, particularmente ao longo da depressão central, linha natural de penetração tanto do Leste para Oeste, como em sentido contrário (BORGES FORTES, 1959, p. 28).

Na fuga ao avesso litoral, foi reforçada a política governamental, na garantia definitiva do oeste incorporado em 1801. Assim, se a repulsão litorânea retardou o povoamento, recompensada foi a política de dominação portuguesa, com o empuxe de penetração interiorana que lhe redundou depois de vencidos os primeiros óbices da fronteira marítima.

A prontidão militar para uma fronteira viva

Marca peculiar da formação histórica sul-rio-grandense, a prontidão militar forjou uma população dividida entre a luta e a faina, que irresistivelmente implantou focos de futuras nucleações.⁷

Passado o ano de 1801, muitos quartelamentos pulsados pelo crescimento

⁷ O segmento desta segunda fase constitui uma revisão de parte de capítulo da dissertação de mestrado da autora. Vide: BARROSO (1979).

demográfico povoaram, aqui e acolá, o oeste.

Mantendo uma fronteira viva por quase todo o século XIX, o Rio Grande do Sul alimentaria lutas que lhe valeram uma preocupação constante de reforço de tropas e aperfeiçoamento militar. Conseqüentemente, muitos braços foram desviados do cultivo da terra e de outras atividades produtivas em vários pontos da Província. A exemplo, no município de Santo Antônio da Patrulha eram freqüentes as queixas dos vereadores contra esse desvio de braços para as investidas militares, o que causava transtorno nos índices de produção do município, conforme atesta o exame das atas da Câmara.

Todavia essa prontidão militar trouxe benefícios para a primitiva vila de Rio Pardo, cujo território abrangia todo o oeste. Nele se esboçaram, no século XIX, vilas como Bagé e Alegrete, a partir de acampamentos militares, e Uruguiana, originada da ação de Domingos José de Almeida durante a Revolução Farroupilha. Essas e outras, balizadas pela pecuária reinante, dominariam extensivamente a área para a garantia do Tratado de 1801 e os posteriores, assinados após a Independência com o Uruguai e a Argentina.

A bem-sucedida política de concessão de sesmarias

Não fosse o processo de legitimação dos "arranchamentos" ou a doação de terras através dos títulos de concessão de sesmarias seria muito provável que o oeste sulino se conservasse sob o domínio espanhol, conforme determinava o Tratado de Santo Ildefonso.

Enquanto os espanhóis promovendo uma ocupação dispersiva se preocupavam em fundar grandes cidades, os portugueses, ao concederem grandes extensões de terras, promoviam um povoamento extensivo, de maior domínio estratégico. Assim, as terras foram sendo povoadas na direção sudoeste. Nessa área em disputa, palco de muitas lutas fronteiriças. a classe de estancieiros-soldados que se formou pelo privilégio de ocupar os

campos lentamente ganhos do "inimigo", ao resguardar os seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle, o domínio da área lusitana. Eis a singularidade dessa política: a Coroa ao legalizar a posse transferia ao proprietário o ônus da manutenção da terra, garantindo e resguardando automaticamente os seus domínios no extremo-sul brasileiro. Nesse contexto, a estância se constituía, pois, numa verdadeira fortaleza.

Sem dúvida consistiu esta uma estratégia exitosa que conseguiu empurrar a fronteira até o rio Uruguai.

Félix de Azara, a serviço da Coroa espanhola, ao escrever em maio de 1801 a sua *Memória Rural do Rio da Prata*, mostrava-se apreensivo com a ocupação vizinha, chegando a afirmar:

(...) dia e noite avançam os estabelecimentos portugueses, sem respeitar fé nem tratados (AZARA. In: *Capitalismo pastoril*. 1980, p. 66).

Ao que logo a seguir completou:

(...) e se não a povoarmos, antes de quatro anos terão se apoderado das Missões (Id.).

Todavia, a ocupação missioneira já estava praticamente consumada. Três meses depois, as Missões Orientais definitivamente foram conquistadas. Tratava-se agora de garantir a conquista, acelerando o processo de concessão de sesmarias, a grande estratégia portuguesa que Félix de Azara percebera e alertara tardiamente à metrópole espanhola.

Assim, a cada ano, já nas duas primeiras décadas do século XIX avultaram as concessões de terras. Só no ano de 1814 foram concedidas 336 sesmarias, o que retrata a extensão e o alcance da penetração ocidental no Rio Grande do Sul. Mesmo abolido o sistema em 1822, sesmarias ainda foram concedidas alguns anos após. A Lei de Terras de 1850, que substituiu a concessão pela venda, não coibiu o acesso à terra. Entretanto, ela foi geradora de conflitos, denunciando o descompasso entre o legal e o real.

Em contrapartida, era urgente tomar medidas intensivas de ocupação. E com elas

encaminhava-se de fato a fase da organização do povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul.

***O imigrante como elemento expansionista
e de conquista – focos de povoamento pioneiro***

O papel exercido pela corrente imigratória instalada no Rio Grande de São Pedro, em dois momentos, foi de extrema importância, sem esquecer do exercido pelos açorianos, realidade amplamente comprovada por vários estudiosos do assunto.

Os alemães, a partir da década de 1820, foram os grandes responsáveis pelo nascimento de pontilhadas aglomerações e povoados em torno do rio Jacuí, além do que concentraram muitos dos já existentes. Esta expansão, com base na ocupação agrícola, aumentando consideravelmente o número de vilas e povoados, forçou o retalhamento das primeiras vilas criadas em 1809, com exceção de Santo Antônio da Patrulha. Esta, até 1850, permaneceu inalterada, de acordo com a divisão inicial. A criação das colônias de Três Forquilhas e São Pedro das Torres, no litoral norte, não chegou a impor uma modificação no quadro administrativo do nordeste rio-grandense. Ilhadas, numa região marginalizada, não lhes foi permitido exercerem seu papel.

Entretanto, há de se considerar que as colônias, dadas às implicações políticas, na sua maioria, com exceção de São Leopoldo, não gozaram do título de vila até 1850, apesar das possibilidades econômicas de algumas. Elas foram, outrossim, sustentáculo do vilamento de muitas freguesias já existentes, pois, uma vez instaladas, a pouca distância dessas povoações, dinamizaram o comércio de muitas em decadência. O aumento populacional das redondezas e a vitalidade despertada nas relações de produção constituíram-se em variáveis desse processo. Neste sentido, o deputado Cândido Lopes, na Assembléia Provincial, declarou com propriedade:

(...) a população é um dos elementos da riqueza e qual uma das causas que fomentam a divisão da propriedade, traz como conseqüência o desenvolvimento da cultura. Todos esses

que habitam nas adjacências das pequenas colônias respiram esses perfumes de bem-estar que tornam a vida confortável, fazendo pulsar as artérias de todas operações comerciais, uma seiva fecunda e generosa.

Essa dinâmica impunha-se na linha leste-oeste e praticamente ficava o nordeste excluído de sua aplicação ou de seus efeitos.

Apesar das dificuldades do período farroupilha (1835-45) e dos entraves da política colonizadora, adensava-se paulatinamente a população da Província. Em 1857, 25 eram os municípios (IGRA, s.d. p.3) e 25 as colônias instaladas (NOGUEIRA & HUTTER, 1975, p.49).

O lote, a linha, as picadas, o condensamento populacional, mais o afluxo de serviços básicos de funcionamento dessas comunidades fixaram o traçado colônia-vila.

O movimento migratório interno, desencadeado pelas condições geo e socioeconômicas da Província e pela própria política colonizadora, cujas promessas não atendidas levavam muitos colonos, em vários casos, a infringirem cláusulas de contrato, caracterizou-se por uma verdadeira *corrida para o mato*. Essa penetração por terras até então pouco ou nada exploradas decidia, fundamentalmente, para a tomada do território, o domínio de fronteira, a conquista do oeste. Muitas terras então devolutas na linha do Alto Uruguai, com exceção de algumas áreas de mato na extremidade fronteira, só ocupadas no século XX, eram articuladas na rede de povoados que se formava.

Ademais, com a retomada da colonização em 1869, através da imigração italiana, a depressão central ligava-se ao planalto, até então deslocado da órbita populacional, um *verdadeiro deserto*, visto que a *vala leste-oeste* (a calha do Jacuí) estava proliferada de muitos núcleos germânicos, enquanto a campanha meridional concentrava relativo número de habitantes, dado ser a pecuária (criação e charqueada) a atividade predominante.

A confirmação da existência de grandes extensões de terras devolutas, estimadas em 1876 em 2.000 léguas quadradas ou 87.120Km² (*Mapa*, apud MANFROI, 1975, p. 57), favoreceu a localização dos italianos numa região pouco privilegiada, o planalto, mais

precisamente na encosta da serra. Ficaram ao norte das colônias alemãs de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela e Lajeado. Até então, o planalto, uma região florestal densa, sediava tribos indígenas que resistiram por muitos anos à integração, isto é, da área do primitivo município de Santo Antônio da Patrulha e deste com o Rio Grande do Sul real (a parte meridional do território), que seria palco de uma rede de colônias iniciadoras de focos de povoamento pioneiro.

A partir das três primeiras colônias, Caxias, Conde D'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves), outras rapidamente proliferaram nas imediações, mescladas com imigrantes de diferentes origens, como poloneses, austríacos, franceses e outros. Para essa implantação, o atendimento governamental, apesar de suas dificuldades orçamentárias, foi considerável, pelo apoio às obras públicas das colônias que, na maioria das vezes, não se relacionavam com os núcleos tradicionais. A exemplo, no período 1850-55 foram gastos cerca de 1.400 contos de réis, equivalendo aproximadamente a uma receita anual média desse período (*Retrospecto*, apud MEDEIROS, 1975, p. 55).

A respeito, lembra Laudelino Medeiros que, aliado às despesas de não pequeno vulto, canalizadas para as colônias, há de se considerar:

(..) o custo de serviços de que se beneficiavam as populações coloniais: estradas, pontes e até ferrovias, para fazer chegar a produção aos mercados consumidores; escolas públicas ou subvencionadas, que foram muitas, em área de colonização alemã ou italiana ou outras, ainda que não tantas quanto solicitadas; as despesas com as garantias dos direitos e a manutenção da ordem; até mesmo com ordenado do capelão protestante de São Leopoldo; em 1835, por exemplo, foram gastos 40\$000, não sendo esta a religião oficial; subvenção à Tipografia Alemã, em 1857 e 1858; auxílio a inventor alemão; remuneração de párocos católicos e muitos outros tipos de auxílios.

A tudo isso se deve acrescentar os milhares de lotes coloniais, vendidos a longo prazo, em condições especiais e a preços inferiores ao real. Os gastos públicos da Província com áreas coloniais, transformadas em *vilas*, portanto autônomas, não se incluíam como despesas com a colonização. Daí que as despesas com a colonização foram muito maiores do que os

valores constantes dessa rubrica orçamentária (MEDEIROS, 1975, p. 55. Grifo da autora).

O fato é que as vantagens econômicas e demográficas da colonização resultante animavam as realizações provinciais, compensando em muito os seus gastos. Comprova-se com as arrecadações feitas em algumas colônias mais prósperas, como as de Santa Cruz e São Leopoldo, que superaram em muitas vezes o capital destinado à sua criação. E na visão não muitas vezes explicitamente declarada dos governos provinciais reconhecia-se que esses núcleos, uma vez instalados em pontos inexplorados, seriam *pioneiros* caminhos abertos aos nacionais. A respeito, Jean Roche afirma que

(...) as colônias eram fundadas para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam o escarpamento da Serra. Invadiam a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileira e formavam grande número de núcleos agrícolas cujos intervalos seriam ocupados, pouco a pouco, pela população de origem nacional, que a prosperidade exemplar das colônias oficiais atrairia (ROCHE, 1969, p.112).

Este papel de atração, não realizado de forma plena no território provincial pelos imigrantes, reservou aos próprios nacionais a responsabilidade do povoamento, como no caso da campanha. Graças a estes dois agentes, o Rio Grande do Sul, em 1875, reunia 37 vilas, descendentes das quatro primeiras, sendo assim distribuídas:

PORTO ALEGRE

Camaquã

Montenegro

Porto Alegre

São Jerônimo

São Leopoldo

São Sebastião do Cai

Taquari

Triunfo

RIO GRANDE

Arroio Grande

Bagé

Canguçu

Dom Pedrito

Jaguarão

Pelotas

Piratini

Rio Grande

Santa Vitória do Palmar

São José do Norte

RIO PARDO

Alegrete

Caçapava

Cachoeira

Cruz Alta

Encruzilhada

Itaqui

Palmeira

Passo Fundo

Quarai

Rio Pardo

Santa Maria

Santana do Livramento

Santo Ângelo

São Borja

São Gabriel

Soledade

Uruguiana

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Conceição do Arroio (Osório)

Santo Antônio da Patrulha

Anexar mapa de 1857

A pecuária sudoeste e os ervais das Missões – a formação de outras frentes de domínio polarizador

A ocupação rápida das vastas áreas de campo entre a depressão central e a fronteira sudoeste firmou a supremacia da pecuária extensiva sobre a agricultura. Aquela, consagrada como o principal ramo da riqueza sulina, representou o sustentáculo da receita provincial até o início do século XX. Sua manufatura, o charque, com a instalação de charqueadas na órbita Pelotas, Rio Grande e Bagé, atraiu toda a zona ganadeira sudoeste, firmando a ocupação extensiva das imediações, no trilho das tropas, do que nasceram povoados, freguesias, vilas, arregimentados por aquartelamentos militares. Aliás, havia consumo fácil para tudo quanto viesse das Missões: o gado para as charqueadas; os couros para o porto de Rio Grande; cavalos e mulas para serra acima, a caminho da Feira de Sorocaba.

Assim, desse ciclo pastoril resultou a repartição do eixo centro-sul, do que nasceram São Borja, Itaqui, Uruguiana, Dom Pedrito, Rosário, Livramento, Quaraí, São Vicente e São Sepé, no interior da campanha; e Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Tapes,

Camaquã e Arroio Grande, na serra do sudeste. Até 1850 estava praticamente apossada a metade sul da Província. Confirmam essa tendência os mapas relativos às densidades demográficas, que demonstram terem sido os eixos Porto Alegre-Uruguaiana e, mais especificamente, Porto Alegre - Rio Grande - Livramento - Santa Maria, os centros de gravidade populacional até pós-metade do século XIX.

Por outro lado, na linha noroeste, coube aos *ervais* o vínculo de atração, além dos efeitos do comércio do gado em pé para o centro brasileiro, via caminho das Missões. Os caminhos litorâneos e o do sertão (via campos de Cima da Serra) já estavam há muito desprezados, em preferência ao via Missões, que melhor vinculava os centros abastecedores aos consumidores.

Nonoai, Pontão, Palmeira e Cruz Alta, os pontos mais procurados pelos tropeiros, balizavam a pecuária e o comércio noroeste, reforçado com o projeto da estrada do Mato Grosso. Ela passaria próximo a Nonoai, e já em 1858 teve suas imediações demarcadas pelo engenheiro de Obras Públicas, Francisco Rave. Dois anos depois, outro engenheiro José Maria Pereira de Campos, reconhecia o Salto Grande, no rio Uruguai. Este, em seu condensado relatório, aplicou-se, acima de tudo, a fomentar a ocupação da zona missioneira, na promoção da sua navegação, na interligação de estradas até Rio Pardo, Cruz Alta e outros pontos, e no estabelecimento de colônias militares para a "exploração mais metódica e racional" da extensa região ervateira, riqueza essa à mercê de muitos *aventureiros* e dos vizinhos do Prata, sem que a província do Rio Grande do Sul pudesse desfrutar desse potencial econômico.

Nas palavras de Francisco Rave é (...) "a Erva Mate, o motor do comércio destes lugares, e a sua exportação às diversas partes da Província ocupam os habitantes de Missões".⁸

Como produto espontâneo que não demandava esforço, nem emprego de grandes capitais, fomentava o comércio pelo rio Uruguai, desde a freguesia de Santo Ângelo até as de Palmeira e Itaqui. Despachavam também o produto Uruguaiana, Jaguarão, Rio Grande e

a capital. Seus pontos centrais de fabricação eram Cruz Alta, Passo Fundo e São Borja.

Por outro lado, como escoadouro o rio Uruguai representava um verdadeiro coletor da riqueza missioneira, especialmente da erva-mate, cuja navegação compensava a inexistência de estradas regulares na linha da fronteira durante muitas décadas. Tanto é que muitas vilas e povoações fronteiriças do Rio Grande do Sul procuravam os portos platinos para suas exportações. Muitos ervateiros passavam o produto para a Argentina pela sua maior facilidade de comunicações através de vapores, monopolizando quase toda a erva-mate do lado rio-grandense.

Eis que as terras nestas imediações passaram a ser procuradas com insistência por particulares e mesmo para colonização. Já na década de 1870 era comprovada a propriedade destas terras para a agricultura. A freguesia de São Luís, pelo ano de 1872, exportou para mais de 4.000 alqueires de farinha de mandioca, 1.000 arrobas de fumo, 120 pipas de aguardente, muita rapadura e grande quantidade de cereais.⁹ E Nonoai produzia bem a cana, concorrendo com São Luís para o suprimento de aguardente à campanha e à região de Cima da Serra. Era uma outra frente canavieira que se impunha na Província, até então sediada só no nordeste do Rio Grande do Sul.

Assim, nas décadas de 1870 e 80, e mesmo na de 60 do século XIX, o interesse pela zona missioneira na Assembléia, seja para proteção dos ervais, seja para incremento do comércio das tropas, era notório, conforme atestam os Anais da Assembléia. Os deputados visualizavam, inclusive, que o progresso e o desenvolvimento de Cima da Serra dependiam do vale do Uruguai. Daí, a defesa acirrada pelos deputados para o estabelecimento de colônias e um ramal de estrada de ferro que seriam indispensáveis para a integração noroeste.

Traduziam esse empenho os projetos, as obras implantadas de estradas gerais e as de ferro e a navegação, a partir de então desenvolvida, complementadas pelo estabelecimento de coletorias na linha de fronteira.

⁸ DEMARCAÇÃO das terras de Nonoai. *Obras Públicas*. Francisco Rave, 1858. AHRS.

⁹ ATA da sessão da Assembléia em 7 de março de 1873. Anais da Assembléia. 1873. p. 37.

A estratégia econômica e defensiva

- as vias normais versus as estradas de ferro

Se fosse feita uma análise evolutiva dos caminhos do Rio Grande do Sul, algumas etapas seriam detectadas. Iniciada pelos caminhos de tropas, seguindo-se depois a picada, estes constituiriam os primeiros traçados de comunicação interna até a primeira metade do século XIX. Com a pacificação da Farroupilha, Caxias, na presidência, foi o pioneiro na iniciativa de melhorar as comunicações da Província, promovendo meios para que as colônias estabelecidas tivessem transportes mais assegurados.

As estradas, a partir de então implantadas, ligando estas regiões agrícolas aos portos dos afluentes do Jacuí, forçavam a aproximação centro-oeste na direção da fronteira. Caminhos terrestres ligavam-se aos de navegação, que encurtando distâncias valorizavam o produto, estimulando conseqüentemente o aumento da produção.

Com o decorrer dos anos, a inclemência do tempo e os entraves para sua conservação não possibilitaram a permanência ou a criação de uma rede rodoviária à altura da circulação de riquezas da Província. Apesar da navegação das bacias do Jacuí, Ibicuí e Uruguai compensar os rudes caminhos terrestres, é necessário frisar, entretanto, que o intento de interligá-las na linha leste-oeste era um fato que pode ser comprovado pela documentação das Obras Públicas, existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Todavia, tal unificação não passou de um projeto, pelo seus altos custos.

A partir de 1869, dada a falta de um plano geral de viação na Província, visto que as estradas, caminhos e picadas até então abertos não obedeciam a uma metodização, surgiram os estudos de *estradas normais*. Esses tinham por base alguns princípios, como:

1º - As condições presentes e futuras das indústrias que se exercem em cada localidade;
(...) 2º - A importância respectiva das diferentes vias de comunicação; que condições e que valores em trânsito poderão justificar o estabelecimento de uma estrada ordinária, de um

canal, de uma estrada ferrada servida de cavalos ou por locomotiva; (...) 3º - *Qual o sistema estratégico que melhor defende o país segundo o terreno de suas fronteiras e sua posição em relação aos países vizinhos.*¹⁰

I

Esses princípios, segundo o referido relatório, assemelhavam-se aos das vias estabelecidas nos Estados Unidos, baseados na "horizontalidade" das comunicações. É a teoria de fronteira mais uma vez aqui reforçada e aplicada.

Dentro dessa concepção foi dada primazia ao traçado de Porto Alegre a Uruguaiana, com um ramal até São Borja, para a construção da primeira estrada normal no Rio Grande do Sul. Chegaram a cogitar, de acordo com o plano, no revigoramento do projetado porto de Torres, já várias vezes protelado. Para a sua efetivação urgia o estabelecimento de estradas na linha horizontal, avançando até os campos de cima da serra, ligando as povoações da parte norte, para a circulação mais rápida da produção. Entretanto, a posição topográfica aliada às diretrizes da economia dominante na Província não viabilizou a concretização desse projeto.

O primeiro traçado era o mais viável, dado o percurso numa região eminentemente promissora, que vinha crescendo e proporcionando grandes divisas com base nas charqueadas. Era a supremacia da pecuária sobre a agricultura e o abandono do recuado nordeste em abono do sudoeste.

Acontecia também que a Guerra do Paraguai, na sua bagagem de conseqüências, confirmara a carência de estradas, de um estabelecimento de comunicações mais pronto e direto no controle de fronteira. Exigia-se então uma rede de vias que açambarcasse o controle e a circulação de riquezas do oeste, diante dos vizinhos concorrentes, como também assegurasse uma estratégia defensiva contra possíveis e futuras incursões militares.¹⁴

Eis que nasceram as primeiras vias férreas com objetivos econômicos, inicialmente

¹⁰ RELATÓRIO dos estudos da estrada normal de Porto alegre a Uruguaiana, com ramal até São Borja, IN: Relatório do Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente de Província. 1869. p. 2.

estabelecidas no seio da colonização alemã, com percurso de Porto Alegre a São Leopoldo e depois a Novo Hamburgo. As demais lentamente dirigiam o tronco com seus ramais ao traçado sudoeste (Porto Alegre-Uruguaiana), agora com fins não só econômicos, mas estratégicos. Porém, só no fim do Império é que o norte da Província foi tocado em Cruz Alta, transformando-se no trampolim para seu avanço além do Estado, já na República. Observa-se, pois, que a real integração do planalto com o resto do território só foi possível no século seguinte, a partir da via férrea brotada da linha tronco Porto Alegre-Uruguaiana.

Isso não quer dizer que não tenha havido interesse e esforço na imposição dessas vias. Realmente, na década de 1880, muitos foram os projetos de criação de estradas de ferro apresentados na Assembléia. Enquanto isso, os vizinhos platinos, principalmente o Uruguai, percebendo os obstáculos de transporte no Rio Grande do Sul e a singularidade de seu porto, trataram de captar o fluxo do seu comércio, com o estabelecimento de ferrovias na direção da fronteira do Brasil. Igualmente, os portos de Montevideu e Buenos Aires transformaram-se em coletores econômicos da interfronteira, favorecidos por uma política protecionista alfandegária dos uruguaios.

Essa direção prioritária do estabelecimento tanto de vias normais como das férreas vinculava-se a princípios de integridade territorial e de bases financeiras, que evidenciava uma predisposição de vanguarda dos interesses econômicos e políticos da Província e do Império.

A formação de agências fiscais

na linha de fronteira: freio ao contrabando?

Em meio às irregularidades e dificuldades da organização fazendária, a economia do Rio Grande do Sul, tão semelhante à platina, viu-se também afetada pela concorrência dos vizinhos com os redundantes efeitos negativos das tarifas comerciais. Esses problemas, adicionados à grande extensão da fronteira, favoreciam um giro comercial clandestino que se impunha irresistivelmente.

Longe de reprimir ou remediar esse mal, era notório desde o início do século que a fiscalização exercida pelo governo provincial na fronteira era por demais deficiente. Nesse contexto, durante a Farroupilha, um sistema de contrabando foi habilmente montado para sustentar o prolongamento da guerra. Terminado o movimento, não findara porém o comércio ilícito. Ao contrário, a fronteira mantinha-se como um "paraíso de contrabandistas".

Não catalisadas as rendas devidas, desfalcados os cofres públicos, incontrolados os limites de fronteira, esses desarranjos todos, a partir da pausa militar de 1850, foram contrapulsados por órgãos arrecadadores que gradativamente se instalaram na linha de tensão. Em 1856, Chuí, Jaguarão, Bagé, Livramento, Uruguaiana, Itaqui e São Borja eram as agências de maior importância, dada a arrecadação efetuada para os cofres provinciais.

A preocupação com o maior controle e fiscalização das transações interfronteira é denunciada com o estudo na Assembléia da criação de alfândegas secas em toda a linha fronteiriça. Para esse atendimento, a documentação fazendária existente no Arquivo Histórico do Estado revela ter havido um desprestígio no atendimento às coletorias da costa litorânea e imediações da depressão central. Somava-se assim outro reforço no domínio do território oeste e seu conseqüente povoamento.

Se o estabelecimento dessas coletorias visava banir o ilegal trânsito comercial, o resultado não foi o esperado; ao contrário, manteve-se pelo século XX. Mas, se não foi conseguido esse intento, permaneceu de positivo no estabelecimento de postos fiscais, o contributo para a fixação da linha fronteiriça.

A trajetória dessa fase direcionada por tais diretrizes configurou o Rio Grande do Sul, ao findar os anos 1800, como área plenamente integrada ao espaço brasileiro. Igualmente, se a incorporação do oeste encaminhada ao longo do século XVIII foi consumada com a conquista de 1801, os anos de 1800 representam a sua efetiva integração enquanto espaço sul-rio-grandense.

Nesse contexto, ao principiar o século XX, o processo de ocupação territorial estava findado, sobrando escassas áreas livres ou "virgens", bem ao norte, para serem povoadas.

Pouco restava da "fronteira". Já nos Estados Unidos, a essa altura, em 1890, esgotaram-se, após quatro séculos, as suas terras livres. O processo norte-americano da fronteira terminara. No extremo-sul brasileiro, contudo, o processo tomará outro rumo, conforme análise na terceira fase.

No tocante à urbanização verificou-se, no primeiro quartel do século XIX, o surgimento de núcleos urbanos a partir de Rio Grande-Pelotas, na órbita de Jaguarão, Erval, Bagé, Piratini e Canguçu, motivado pelo bom desempenho das charqueadas.

Grande expansão aconteceu na Depressão Central no segundo quartel, com a proliferação de povoados em sua maioria de origem germânica, a partir da colônia-mãe, São Leopoldo. Desse epicentro brotaram, décadas depois, linhas-tronco de comunicações nas direções sul e oeste, animando os núcleos de Tapes, Camaquã, Encruzilhada, Caçapava, Lavras, São Gabriel e Santa Maria. No rumo sudoeste a norte, a criação de comunicações pulsou Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, completando-se em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria.

No terceiro para o quarto quartel, na encosta da serra e planaltos meridional e setentrional, com a acolhida de cerca de 100.000 italianos multiplicaram-se núcleos de povoação que foram se expandindo na direção do Alto Uruguai, ao findar o século XIX.

Nessa evolução, a organização do espaço em 1900, com 66 unidades político-administrativas, dava mostras de um acelerado crescimento populacional que no último quartel quase triplicou. De 446.962 habitantes, em 1872 (em trinta municípios) passou a 1.149.070 habitantes em 1900 (FEE, 1981, p. 45, 79 e 105).

Ademais, inúmeros povoados se aglomeravam agora na direção noroeste, com o deslocamento de descendentes de imigrantes das "colônias velhas", fundando as chamadas "novas colônias". Esse já é, porém, o início da outra fase do processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul.

Fase 2 – Da expansão

Se a metade norte do Estado é a que apresentava maior pulsação populacional, com a proliferação de núcleos nas primeiras décadas do século XX, não era ali que residiam os núcleos urbanos mais notáveis e, como tal, detentores da condição de cidade.¹¹ Estas em número de 23, em 1900, situavam-se majoritariamente na área de pecuária: Alegrete, Arroio Grande, Bagé, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre (a primeira cidade – 1822), Quaraí, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, Taquari e Uruguaiana.

A explicação é dada pela expansão das charqueadas, empresa escravista que ao longo do século XIX produzia os principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul para o mercado brasileiro: couro, sebo e charque.

Todavia, ainda às vésperas do século XX, as charqueadas entraram em crise, e a agricultura colonial, em contra- partida, avançou, além de se encontrar em crescimento a indústria regional.

Foi essa reorientação da economia gaúcha que ditou os novos rumos da ocupação e urbanização do Estado, a partir daí, em dois momentos distintos: até 1950 e após.

No primeiro momento (até 1950), na zona agrícola colonial, centrada na pequena propriedade ocorreu o rápido esgotamento do solo, dado o seu uso (pós-50) intensivo. Paralelamente, desenvolveu-se a minifundização pelo contínuo fracionamento da terra. A - sua repartição contínua entre os numerosos filhos e descendentes dos imigrantes reduziu a unidade de produção, o que forçou muitos a procurarem novas terras. A dilatação das áreas coloniais foi a resultante da concentração de núcleos rurais. Mas não foi esse apenas o fator do deslocamento de muitas levas de agricultores imigrantes na rota do noroeste. O monopólio exercido pelos grandes comerciantes alijou o pequeno agricultor, marginalizando-o, e conseqüentemente acabou por deixá-lo empobrecido.

A saída *foi* a "corrida para o mato". A migração rural/rural intensiva para terras novas, ainda virgens, bem ao norte, representava o novo eldorado. Desse processo de

¹¹ No Brasil, o título de cidade foi sempre concedido a uma sede de município por um ato governamental.

"enxamagem" resultou a multiplicação de unidades povoadoras a partir do vale do Taquari, seguindo o planalto médio até o vale do Alto Uruguai.

Nessas áreas, a dinâmica multiplicadora repetiu-se a partir de novos pólos urbanos que polarizaram um crescente número de núcleos menores. E são visíveis duas rotas de penetração: uma partia de Montenegro e seguia por Estrela, Lageado, Soledade, Cruz Alta, Ijuí, Santo Angelo até Santa Rosa; e outra partia de Caxias, indo a Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Palmeira das Missões até Três Passos. A pulverização nesses rumos foi tão crescente que a "teia urbana" encheu os espaços, denunciando o esgotamento de fronteira agrícola no território do Rio Grande do Sul.

Mas, lembrando Turner – *fronteira não é o limite político, e sim a área livre ou desocupada*. O oeste brasileiro, a partir de Santa Catarina, enquadrava-se nessa definição. A ocupação da fronteira catarinense ocorreu rapidamente e como um trampolim transpôs o migrante gaúcho para as áreas do oeste do Paraná, Mato Grosso e noroeste brasileiro.

Essa "expulsão", já num segundo momento (pós-50) mais acentuada, deu-se pela configuração de outros fatores. De um lado, mantinha-se a grande propriedade intocável, apesar do debate acerca da reforma agrária já ocupar amplos espaços; do outro, desenvolvia-se a lavoura empresarial, centrada no tripé soja-trigo-arroz, de caráter monopolista e voltada para o mercado externo. Essa, essencialmente mecanizada, dispensa a força trabalhadora, expulsando-a do campo. Ao seu redor, implantou-se um parque industrial – multinacional que, frente à mecanização exigida e às incorporações de tecnologia necessária no processo produtivo, passou a gerar múltiplas dependências. Assim, máquinas e implementos agrícolas, adubos e fertilizantes, defensivos e corretivos do solo impunha-se consumir para forçar o aumento da produtividade em função da política de exportação. Eis a inserção do capitalismo no campo.

Nessas condições, o "celeiro do Brasil", o Rio Grande do Sul transitou para uma economia de estrutura monocultora, pagando um grande ônus a fim de cumprir o seu papel, de acordo com o novo modelo econômico ditado pela Revolução de 1964: o de fornecedor de divisas ao centro.

Por esse caminho acelerou-se a decadência da agropecuária colonial. Em nome da soja, especialmente, muitos abandonaram a horta da porta da casa, o chiqueiro do fundo do quintal, prejudicando a lavoura de subsistência, ficando obrigados a comprar os produtos essenciais que, antes, eles mesmos produziam e se abasteciam. Mas não tardou para que essa realidade, aliada às constantes frustrações da soja, fizesse brotar agressivas manchetes na imprensa, tais como: "O Rio Grande do Sul e a agricultura da miséria" ou "Agricultor: sobreviver entre a cidade e a monocultura" (*Correio do Povo*, jul. 1979, p. 15).

O que ocorreu é que o agricultor não era mais dono da sua produção, ao contrário, foi sendo cada vez mais expropriado, inclusive de suas terras, em face das múltiplas dependências a que se vinculou para produzir (como empréstimos para investimentos em tecnologia e mecanização). Vem daí o êxodo rural em direção aos centros urbanos, ampliando a oferta de mão-de-obra e beneficiando assim, por deprimir o preço da força de trabalho, a acumulação no setor industrial.

Na lavoura empresarial, passaram a atuar, em sua maioria, trabalhadores avulsos, ex-agricultores expulsos do campo pela monocultura. Outros venderam suas pequenas glebas de terra e se alojaram com a família na periferia da cidade. Esse é o preço que muitos pagaram com o desenvolvimento do capitalismo no campo, que, além de provocar endividamento, trouxe a miséria.

A migração rural-urbana daí advinda provocou um desordenado crescimento das cidades industriais, tornando-as centros urbanos "inchados". Estes encontraram no homem expulso do campo a força de trabalho de que necessitavam. Daí a explosão das grandes cidades como pólos industriais. O seu crescimento desmedido, e sem infraestrutura para acolher inúmeros contingentes populacionais transformou, especialmente a periferia de Porto Alegre, "a grande Porto Alegre", em núcleo metropolitano que urge medidas de planificação do espaço como saída para um maior equilíbrio, não só de ordem humana como ecológica do meio.

Por aí inicia-se outro debate.

Contudo, ao finalizar a análise desta terceira fase impõe-se lembrar que paralelo à

acentuada migração rural/urbana do pós-50 ter inchado centros industriais e conseqüentemente ter criado constelações urbanas na rota Porto Alegre-São Leopoldo-Caxias (pólos industriais), acentuava-se igualmente o retalhamento territorial no espaço oeste do Rio Grande do Sul.

Nessa órbita Porto Alegre-Alto Uruguai, em ângulo agudo estão concentrados os núcleos urbanos do Rio Grande do Sul. E, se verificada a origem territorial dessa área, no século XIX, é possível concluir que tais núcleos proliferaram a partir de dois dos quatro primeiros municípios - Porto Alegre e Rio Pardo. Os números confirmam. Dos 232 municípios existentes em 1980, 56 desmembraram-se de Porto Alegre, 137, de Rio Pardo, 14, de Rio Grande e 21, de Santo Antônio da Patrulha. (Compilação da autora.)

Esses dados comprovam a expectativa da ocupação do centro-oeste do Rio Grande do Sul ao longo de sua trajetória. Acresce, enfim, com esse trabalho, mais um estudo de caso para comprovação da *teoria de fronteira* no extremo do Brasil Meridional

Considerações finais

Ao longo das três fases do processo de ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul uma premissa é clara e meridiana: na conquista do oeste, o domínio de "fronteira" permeou a trajetória do povoamento e da urbanização do território sulino.

Na primeira fase, a da *instalação*, a Coroa portuguesa disputou o espaço, confrontando-se com a Espanha, sua "legítima" proprietária. Todavia, ao iniciar o século XIX, Portugal avançou e consolidou sua posse sobre o território. Nessa segunda fase, a da *organização*, medidas e diretrizes pulsaram a atração oeste da conquista espacial. Eis a *teoria de fronteira* presente de forma clara nos rumos da estratégia luso-brasileira: seja pela direção da corrente colonizadora, seja pelos rumos das comunicações implantadas, quer pela direção da pecuária reinante, quer pela atuação de novas frentes de domínio polarizador, como pelas medidas de contenção do contrabando, como também pela política

de concessão de sesmarias, ou ainda pela prontidão militar imperante, uma exigência preventiva diante das ameaças de perdas na área oeste.

Com o processo resultante do esgotamento da fronteira agrícola e o inchamento das cidades industriais, na terceira fase *expandiu-se* a rede urbana do Rio Grande do Sul em proporções significativas. De 66 municípios em 1900, avultou para 232 em 1980. A projeção para 1988 era alcançar o patamar de 332 unidades urbanas (*Zero Hora*, 5 novo 1987, p.45). Em 2004 são 496, os municípios do Rio Grande do Sul.

Enfim, importa no presente buscar, a partir do resgate do processo histórico da ocupação do espaço sulino, as soluções para reordenar os rumos da sua acelerada urbanização. A revalorização do rural e uma política agrária coerente e justa parecem ser o primeiro passo. Para tanto urge ultrapassar com a prática os limites da discussão.

Referências bibliográficas

AZARA, Félix de. Memória Rural do Rio da Prata. In: FREITAS, Décio (1980). *O capitalismo pastoril* Porto Alegre: EST.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel (1979). *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*. Porto Alegre: PUCRS. (Dissertação de Mestrado).

_____. A formação da 1ª rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, dez.1980.

_____. *Como o modelo de desenvolvimento brasileiro pós-64 afetou a economia gaúcha; uma amostragem* (mimeo).

BERNARDES, Nilo. As bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul. *Separata do Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Ed. da Divisão Cultura/IBGE/Conselho Regional de Geografia, 171,172, nov./dez. 1962; jan./dez. 1963.

BORGES FORTES, Amyr (1959) - *Geografia física do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo.

ESTADO terá 332 municípios em 88. *Zero Hora*, 05 nov.1987.

FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. *Revista Pesquisas*. História, 15. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Anchieta de Pesquisas: 6-7. 1961.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. FEE (1981). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*; Censos do RS.1803-1950. Porto Alegre.

_____. (1984) *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*; Censos do RS 1960-1980. Porto Alegre: IGRA. Divisão de Geografia e Cartografia (s.d.) *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul*; criação dos municípios. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz (1986). *RS: terra e poder*; história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto (Série Documento, 21).

MACEDO, F. Riopardense de. Urbanização do Rio Grande do Sul (série de artigos). *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, maio a agosto, 1973.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1808. *Boletim Municipal*. Porto Alegre, 5, maio/agosto, 1940.

MANFROI, Olívio (1975). *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*; implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, IEL/DAC/SEC.

MEDEIROS, Laudelino (1959). *O processo de urbanização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:

UFRGS.(1969) - As cidades: In: *Rio Grande do Sul*; terra e povo. Porto Alegre: Globo.

(1975) - *Formação da sociedade rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffey (1975). *A colonização em São Pedro da Rio*

Grande (1824-1889). Porto Alegre: Garatuja, IEL/DAC/SEC (Série Biênio da Colonização, 7).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1982). *História do Rio Grande do Sul*. 2 ed. rev. ampl.

Porto Alegre.

RAMOS, José Hugo (1971). A urbanização sul-rio-grandense. In: *Dcscnvolvimento urbano do Rio*

Grande do Sul.. Porto Alegre: ISCRE.

ROCHE, Jean. (1969) *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* Trad. Emerry Ruas.
Porto Alegre:

Globo, vol. 1.

RODRIGUES, José Honório. (1970) *História e historiografia.* Petrópolis: Vozes.

SYNOPSIS das concessões de sesmarias. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.*

Porto

Alegre, n. 1 a 19,23.

TURNER, Frederico Jackson. *La frontera en la Historia Americana.* Trad. Guillermo Céspedes.

Madrid: Ediciones Castilha (1960).

Fontes documentais

ANAIS da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1873, 1874, 1881, 1883.

RELATÓRIOS de presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1867, 1869, 1874, 1881, 1883.

MINUTAS das Obras Públicas, 1833 a 1889.